

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019 - PMM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2019-LIC EXCLUSIVO PARA ME E EPP

1 – PREÂMBULO:

O MUNICÍPIO DE MARMELEIRO - PARANÁ, mediante a Pregoeiro(a), designado(a) pela Portaria nº 5.760 de 29 de março de 2018 e também pela Portaria nº 5.972 de 15 de março de 2019, torna público para conhecimento dos interessados que na data e local abaixo indicados realizará licitação sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, com base na Lei Federal nº 8666/93, de 21 de junho de 1993; Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002; Decreto Municipal nº 1.519/2006, de 26 de outubro de 2006; Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações e demais legislação aplicável, bem como as normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente licitação.

O PREGÃO será realizado no dia **30 de abril de 2019 às 09:00 horas** (horário de Brasília), na Prefeitura Municipal de Marmeleiro Estado do Paraná, localizada na Avenida Macali, nº 255, centro, CEP: 85.615-000 na sala de reuniões do Paço Municipal, quando deverão ser apresentados, no início da sessão, em avulsos os documentos para credenciamento:

- a) Carta de Credenciamento (Anexo II);
- b) Declaração de que a proponente cumpre com os requisitos de habilitação (Anexo III);
- c) Declaração de ME/EPP deverá ser <u>assinada e carimbada pelo responsável contábil da empresa.</u> <u>exceto para MEI Microempreendedor individual que poderá ser assinada pelo proprietário da empresa,</u> acompanhada pela Certidão Simplificada de Microempresa ou empresa de Pequeno Porte atualizada pela Junta Comercial do Estado da sede da licitante, exceto para MEI Microempreendedor individual, cuja a data de validade da mesma não seja anterior a 60 (sessenta) dias da data prevista para apresentação dos envelopes (Anexo V);
- d) Declaração de ausência de parentesco com servidor (Anexo X);
- e) Contrato Social ou equivalente;
- f) Envelopes de proposta de preços e Documento de identificação.

Os documentos listados nas alíneas "a", "b", "c", "d" e "e" deverão ser apresentadas fora dos envelopes de proposta de precos e habilitação.

O PREGÃO será conduzido pelo(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, conforme designação contida nos autos do processo.

O licitante que não pretenda credenciar representante para praticar atos presenciais, poderá encaminhar os envelopes "Proposta" e "Documentação" e em terceiro envelope, devidamente identificado (ou avulsos), Contrato Social ou equivalente, a Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação (Anexo III); Declaração de ME/EPP (Anexo V), acompanhada pela Certidão Simplificada de Microempresa ou empresa de Pequeno Porte atualizada e Declaração de ausência de parentesco com servidor (Anexo X), por correio ou diretamente no protocolo.

2 – OBJETO:



<u> Rrefeitura Municipal de Marmeleiro</u>

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

- **2.1.** A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de monitoramento eletrônico (sistema de alarme) à distância e gerenciamento de imagens das unidades e prédios públicos, conforme especificação, estimativa e exigência estabelecida no Anexo I.
- 2.2. O Contrato de Prestação de Serviços terá validade de 12 (doze) meses contados da sua assinatura.

3 – TIPO DO PREGÃO:

- **3.1.** Este PREGÃO é do tipo menor preço global do lote.
- **3.2.** O presente certame aplicou-se o tipo menor preço global do lote devido à necessidade de que a empresa prestadora de serviços realize o monitoramento e gerenciamento de imagens, de todas as unidades da Administração Municipal, não compensando a contratação de mais uma empresa. A contratação de uma empresa se faz necessário pela especificidade do objeto, bem como, visando evitar desperdício de tempo na execução do serviço, onde verifica-se a vantajosidade de realizar o certame por menor preço global do lote.

4 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- **4.1.** As despesas decorrentes da contratação serão reconhecidas contabilmente com a seguinte dotação orçamentária:
 - 06.01 12.361 0006 2.015.3.3.90.39.77.01.00 1830
 - 06.01 12.361 0006 2.019.3.3.90.39.77.01.00 1831
 - 06.02 12.361 0006 2.019.3.3.90.39.77.01.00 1832
 - 06.02 12.361 0006 2.019.3.3.90.39.77.01.00 1833
 - 06.02 12.365 0008 2.022.3.3.90.39.78.01.00 1834
 - 06.02 12.392 0014 2.024.3.3.90.39.77.99.00 1835
 - 10.01 20.606 0030 2.049.3.3.90.39.77.99.00 1014
 - 10.02 20.608 0029 2.050.3.3.90.39.77.99.00 1844
 - 07.01 27.812 0015 2.025.3.3.90.39.77.99.00 1015
 - 09.01 08.243 0025 2.034.3.3.90.39.77.99.00 1845
 - 09.01 08.244 0022 2.035.3.3.90.39.77.99.00 1011
 - 09.01 08.244 0022 2.036.3.3.90.39.77.99.00 1013
 - 09.03 08.243 0025 6.044.3.3.90.39.77.99.00 1012
 - 03.01 04.122 0003 2.006.3.3.90.39.77.99.00 1017
 - 03.01 04.122 0003 2.077.3.3.90.39.77.99.00 1021
 - 03.03 04.122 0003 2.009.3.3.90.39.77.99.00 1018
 - 05.01 26.782 0005 2.013.3.3.90.39.77.99.00 1019
 - 03.01 04.122 0003 2.006.3.3.90.39.05.00.00 1816
 08.01 10.122 0016 2.026.3.3.90.39.77.99.00 1836
 - 08.02 10.301 0016 2.027.3.3.90.39.77.99.00 1837
 - 08.02 10.301 0016 2.027.3.3.90.39.77.99.00 1838
 - 08.02 10.301 0016 2.029.3.3.90.39.77.99.00 1839
 - 08.02 10.301 0016 2.029.3.3.90.39.77.99.00 1840
 - 08.02 10.301 0016 2.029.3.3.90.39.77.99.00 1841



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

- 08.02 10.301 0016 2.029.3.3.90.39.77.99.00 1842
- 08.02 10.301 0016 2.067.3.3.90.39.77.99.00 1843
- 12.01 18.541 0033 2.058.3.3.90.39.77.99.00 1016

5 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

- 5.1. Esta licitação destina-se exclusivamente à participação de Microempresas ou empresas de Pequeno Porte.
- 5.1.1. Somente poderão participar do certame empresas estabelecidas no município ou numa distância máxima de 20 km; devido às peculiaridades dos serviços e para maior agilidade e economicidade.
- **5.2.** Poderão participar deste pregão os interessados cujo ramo de atividade seja pertinente ao objeto da contratação e que atenderem a todas as exigências constantes neste Edital e seus Anexos.
- **5.3.** É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação:
 - a) Pessoa física:
 - b) Empresas estrangeiras que não funcionem no País;
 - c) Interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação, de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
 - d) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, ou que tenha sido punida com suspensão do direito de licitar com qualquer ente da Federação;
 - e) Empresa que mantém, direta ou indiretamente, sociedade ou participação com servidor ou dirigente ligado ao governo municipal, ou qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, financeira ou trabalhista, ou ainda, parentesco em linha direta ou colateral, até o terceiro grau, com agente público que exerça cargo em comissão, ou membros da comissão licitante, pregoeiro ou servidor lotado nos órgãos encarregados da contratação.
- 6 FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS (n^o 01) E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (n^o 02):
- **6.1.** Os **ENVELOPES**, respectivamente **PROPOSTA** (envelope nº 01) e **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** (envelope nº 02) deverão ser apresentados, fechados e indevassáveis, contendo cada um deles, em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

<u>6.1.1. Para o Envelope nº 01:</u>
PREGÃO Nº/
ENVELOPE PROPOSTA (envelope nº 01)
PROCESSO Nº/
NOME DA EMPRESA
CNPJ
6.1.2. Para o Envelope nº 02:
PREGÃO Nº/
ENVELOPE DE DOCUMENTOS (envelope nº 02)
PROCESSO N°/
NOME DA EMPRESA
CNPJ



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

- **6.2.** Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** (envelope 02) poderão ser apresentados em original, por cópias autenticadas por cartório ou por servidor da administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, aceitando-se os expedidos via internet. Sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas pelo Pregoeiro ou membros de equipe de apoio, onde os quais serão verificados em momento oportuno.
- **6.2.1.** A aceitação de documentação por cópia simples ficará condicionada à apresentação do original à **PREGOEIRO(A)**, por ocasião da abertura do envelope nº 02, para a devida autenticação.
- **6.2.1.1.** Para fins da previsão contida nos subitem 6.2.1., o documento original não precisa, necessariamente, integrar o **ENVELOPE.**
- **6.2.1.2.** Os documentos expedidos via Internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do(a) **PREGOEIRO(A)**.
- **6.2.2.** Os documentos apresentados, se expressos em língua estrangeira, deverão ser autenticados por autoridade brasileira no país de origem e traduzidos para o português por tradutor público juramentado.
- **6.2.3.** Somente serão aceitas certidões, com validade, cujas expedições/emissões não ultrapassem a 60 (sessenta) dias da data final para a entrega dos envelopes.

7 – CONTEÚDO DA PROPOSTA - ENVELOPE 01:

- **7.1.** A proposta de preço, gerada a partir das orientações constantes no seguinte endereço: http://www.marmeleiro.pr.gov.br/sitio/licitacoes-de-marmeleiro.php (ORIENTAÇÕES PARA GERAÇÃO DE ARQUIVO PROPOSTA), que deverá ser apresentada, na forma eletrônica (CD-R ou pen-drive) para alimentação do sistema de apuração, e obrigatoriamente na forma impressa e assinada, em papel A4, de preferência encadernadas ou grampeadas de modo que não existam folhas soltas; impressa com clareza, sem rasuras ou entrelinhas que dificultem a análise. Na proposta constar:
 - a) Especificação, marca e/ou procedência do produto cotado (quando for o caso);
 - b) Preço unitário por item do objeto licitado, com até 02 (duas) casas decimais, valor total e valor global, expressos em moeda corrente nacional, não superior ao preço máximo estabelecido no Anexo I:
 - c) Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação, ficando estabelecido que na omissão será considerado e aceito este prazo;
 - d) Dados do fornecedor/empresa, conforme campos solicitados;
 - e) Dados do Representante Legal da empresa ou Procurador, conforme os campos solicitados; (e assinatura na forma impressa).

Nota 01: Nos preços propostos estarão previstos, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do Pregão, envolvendo, entre outras despesas, tributos de qualquer natureza, frete, embalagem etc.

7.1.1. O programa para elaboração da proposta eletrônica deverá ser solicitado pela proponente no seguinte endereço de e-mail: licitacao@marmeleiro.pr.gov.br, sendo que deverá anexar o Contrato Social e Comprovante de inscrição da empresa Licitante no Cadastro Nacional de Pessoa



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

Jurídica – CNPJ, ou, diretamente na sala de licitações, desde que a empresa esteja munida dos documentos acima citados.

- **7.2.** A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- **7.3.** Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta impressa. Ocorrendo divergência entre o valor unitário e total para os itens do objeto do edital, será considerado o primeiro.
- **7.4.** O CNPJ/MF e ou CPF a ser indicado nos documentos da proposta de preço e da habilitação, deverá ser o mesmo da empresa que efetivamente fornecerá o objeto da presente licitação.
- **7.5.** Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- **7.6.** A proposta de preços será considerada completa, abrangendo todos os custos para o fornecimento do objeto licitado, como despesas e encargos inerentes ao fornecimento dos mesmos.
- **7.7.** Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja quanto ao preço, condições de pagamento, prazos ou outra condição que importe em modificação dos termos originais ofertados.
- **7.8.** Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas, implica em submissão a todas as condições estipuladas neste edital e seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação federal mencionada no preâmbulo deste edital.
- **7.9.** Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fac-símile, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração das propostas de preço.

8 – CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

8.1. Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** – **ENVELOPE 02**, para o presente certame, apresentados na forma estabelecida neste edital são:

8.1.1. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) Registro Comercial, junto ao órgão competente, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto ou autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Em se tratando de Microempreendor Individual MEI, Certificado da Condição do Microempreendedor Individual CCMEI, na forma de resolução CGSIM nº 16 de 2009, cuja



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

- aceitação ficará condicionada a verificação da autenticidade no site www.portaldoempreendedor.gov.br.
- f) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), cuja emissão/expedição não ultrapasse 60 (sessenta) dias;

8.1.2. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

Nota: As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar a documentação fiscal e/ou trabalhista mesmo que haja restrição.

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Municipais);
- b) Comprovante de regularidade junto a Fazenda Pública Estadual, quanto ao ICMS;
- c) Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, em vigência, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei, a ser emitida pela Caixa Econômica Federal CEF;
- e) Prova de regularidade junto à Justiça do Trabalho CNDT Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

8.1.3. **REGULARIDADE ECONÔMICA:**

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica, cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a 60 (sessenta) dias da data prevista para apresentação dos envelopes.

8.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) objeto da licitação.

Obs.: Os atestados poderão ser apresentados em original, por cópias autenticadas por cartório ou por servidor da Administração. Sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas pelo Pregoeiro ou membros de equipe de apoio, onde os quais serão verificados em momento oportuno.

8.1.5. **DECLARAÇÕES:**

- a) Declaração assinada por representante legal do licitante de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz (Anexo VIII);
- b) Declaração de que a empresa não foi declarada inidônea (Anexo VI);
- c) Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos, conforme Anexo VII.

8.1.6. **DOCUMENTOS FACULTATIVOS:**

a) Declaração de que a empresa possui conta corrente junto a agência bancária (Anexo IX).



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

- **8.2.** As proponentes que possuírem o **CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL** com validade, emitido pela Prefeitura de Marmeleiro, ou outro equivalente do âmbito Estadual ou Federal, poderão substituir os documentos exigidos para habilitação, no todo ou em parte, a documentação que se encontra vencida deverá ser apresentada com prazo de validade atualizado junto ao Certificado de Registro Cadastral, através de sua apresentação na forma estabelecida no presente edital, assegurando-se aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do respectivo cadastro.
- **8.3.** Documentos constantes neste item, apresentados no momento do credenciamento poderão deixar de compor o envelope "DOCUMENTAÇÃO".
- **8.4.** Não será aceito protocolo de entrega ou solicitações de substituição de documento àquele exigido no presente **EDITAL** e seus **ANEXOS**.
- **8.5.** Sendo a licitante matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome; no caso da licitante ser a filial, todos os documentos apresentados deverão ser em nome da filial, exceto aqueles de validade conjunta por força de lei. Caso a licitante (matriz) queira executar as contratações através de filial, deverá apresentar, também, os documentos previstos para habilitação desta, e vice-versa.

9 – CONSULTA, DIVULGAÇÃO E ENTREGA DO EDITAL:

- **9.1.** O **EDITAL** poderá ser consultado por qualquer interessado na Av. Macali, nº 255, Divisão de Licitações, durante o expediente normal do órgão licitante, das 08:30 as 11:30, e das 13:30 as 17:00 horas, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes "**PROPOSTA**" e "**DOCUMENTAÇÃO**". Sua obtenção, gratuita, poderá se dar no site www.marmeleiro.pr.gov.br.
- **9.2.** O aviso do **EDITAL** será publicado no Diário Oficial do Município, divulgado no PORTAL DA PREFEITURA (www.marmeleiro.pr.gov.br).

10 - ESCLARECIMENTOS AO EDITAL:

- **10.1.** É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do **PREGÃO** e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitações de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado.
- 10.1.1. A pretensão referida no **subitem 10.1.** poderá ser formalizada por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do **EDITAL**, devidamente protocolado no endereço e horário constantes do **subitem 9.1.** Também será aceito pedido de esclarecimentos encaminhando por meio de e-mail <u>licitacao@marmeleiro.pr.gov.br</u> e <u>licitacao02@marmeleiro.pr.gov.br</u>, cujos documentos originais correspondentes deverão ser entregues no prazo indicado também no subitem 10.1.3.
- 10.1.2. As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.
- 10.1.3. Os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo de até 1 (um) dia útil, a contar do recebimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do edital, passando a integrar os autos do **PREGÃO**, dando-se ciência às demais licitantes, através da divulgação do pedido e do esclarecimento no Portal da Transparência.



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

11 – PROVIDÊNCIAS/IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

- **11.1.** É facultado a qualquer interessado a apresentação de impugnação ao ato convocatório do **PREGÃO** e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.
- 11.1.1. As medidas referidas no **subitem 11.1.** poderão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do **EDITAL**, devidamente protocolado no endereço e horário constantes no **subitem 9.1.** Também será aceito pedido de providências ou de impugnação encaminhado por meio dos e-mails <u>licitacao@marmeleiro.pr.gov.br</u> e <u>licitacao02@marmeleiro.pr.gov.br</u>, cujos documentos originais deverão ser entregues no prazo indicado também no **subitem 11.1.**
- 11.1.2. A decisão sobre a impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do **PREGÃO**, no prazo de até 1 (um) dia útil antes da data da sessão pública, com juntada nos autos do processo e divulgação no Portal da Transparência.
- 11.1.3. O acolhimento da impugnação exige, desde que implique em modificação(ões) do ato convocatório do **PREGÃO**, além da(s) alteração(ões) decorrente(s), divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

12 – CREDENCIAMENTO:

- **12.1.** O **CREDENCIAMENTO** dos representantes deverá ser entregue ao **PREGOEIRO(A)**, respondendo o licitante por sua autenticidade e legitimidade. O representante deverá identificar-se e exibir a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, com fotografia.
- **12.2.** O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, conforme modelo Anexo II deste Edital com CNPJ: da proponente, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as fases do **PREGÃO**, formular verbalmente lances, desistir verbalmente de formular lances, negociar a redução de preços, desistir pelo silêncio da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediatamente e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo **PREGOEIRO(A)**, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.
- 12.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do Ato constitutivo da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.
- 12.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto/Contrato Social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investida.

É admitido somente um representante por proponente.

A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará, exclusivamente, a prática de atos presenciais.



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

A Declaração de MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP <u>assinada e carimbada pelo responsável contábil da empresa</u>, exceto para MEI (Micro Empresa Individual) que poderá ser assinada pelo proprietário da empresa, será recebida exclusivamente nesta oportunidade nos Termos do Anexo V, acompanhada pela Certidão Simplificada de Microempresa ou empresa de Pequeno Porte atualizada pela Junta Comercial do Estado da sede da licitante, exceto para MEI (Micro Empresa Individual).

13 – RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- 13.1. A análise dos documentos de credenciamento (fora dos envelopes): Declaração de que a proponente cumpre com os requisitos de habilitação e documentos de identificação, Declaração de ausência de parentesco com servidor público Municipal, Declaração de ME e EPP assinada e carimbada pelo responsável contábil da empresa, acompanhada da Certidão simplificada de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte será o primeiro ato da sessão.
- 13.1.1. A ausência dos documentos elencados no subitem 13.1 ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste Pregão.
- 13.1.2. Recebidos os envelopes e documentos, passar-se-á para a abertura dos envelopes Propostas.

14 – ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA:

- **14.1.** Compete ao **PREGOEIRO**(**A**) proceder à abertura dos **ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS**, conservando intactos os **ENVELOPES DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**.
- **14.2.** Iniciada a fase de credenciamento, não serão admitidos novos proponentes.

15 – EXAME E CLASSIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS:

- **15.1.** O **PREGOEIRO**(**A**) examinará as **PROPOSTAS** sempre levando em conta as exigências fixadas no **item 6 e 7.**
- 15.1.1. O exame envolvendo o(s) ofertado(s) implicará na constatação da conformidade do(s) mesmo(s) com as especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos, para atendimento das necessidades do órgão licitante.
- **15.2.** Definidas as **PROPOSTAS** que atendam às exigências retro, envolvendo o objeto e o valor, o **PREGOEIRO(A)** elaborará a classificação para a fase de lances, sempre em obediência ao critério de menor valor global do lote.

16 – DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

- **16.1.** Será desclassificada a **PROPOSTA** que:
 - a) Deixar de atender quaisquer das exigências preconizadas para a correspondente apresentação;



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

- b) Apresentar rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise;
- c) Oferecer vantagem não prevista neste **EDITAL**, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou ainda vantagem baseada nas ofertas das demais proponentes;
- d) Apresentar com preço(s) manifestamente inexequível(is), ou superior ao constante do anexo I;
- e) Apresentar item(ns) com preço(s) simbólico(s) ou de valor(es) zero;
- **16.2.** Para alimentação da proposta no sistema de apuração do pregão é imprescindível a correta gravação eletrônica, conforme os passos de orientação no seguinte endereço: http://www.marmeleiro.pr.gov.br/sitio/arquivos/orientacoes.pdf (Orientação para Geração de Arquivo Proposta), porém a apresentação do arquivo eletrônico com erro ou vício não será motivo para desclassificação da proponente, situação a qual será considerada para efeitos procedimento licitatório a proposta impressa. Havendo divergência de valores entre a proposta impressa e a proposta eletrônica prevalecerá os valores da proposta impressa.
- **16.3.** Não sendo possível a correção das falhas da proposta eletrônica será considerada válida a proposta apresentada em papel, desde que atenda todos os quesitos do item 7.1 do presente edital.

17 – DEFINIÇÃO DAS PROPONENTES PARA OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS:

- **17.1.** Para efeito de **OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS, o PREGOEIRO(A)** selecionará, sempre com base na classificação provisória, a proponente que tenha apresentado a proposta de menor preço e todas aquelas que hajam oferecido propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) àquela de menor preço.
- 17.1.1. Não havendo, pelo menos, 3 (três) propostas em conformidade com a previsão estabelecida no **subitem 17.1.**, o **PREGOEIRO(A)** selecionará, sempre com base na classificação provisória, a melhor proposta e as duas propostas imediatamente superiores, quando houver, para que suas proponentes participem dos lances quaisquer que tenham sido os preços oferecidos nas propostas, observada a previsão estampada no **subitem 17.1.**
- 17.1.2. Na hipótese da ocorrência das previsões colacionadas no **subitem 17.1.**, para efeito do estabelecimento da ordem da classificação provisória das proponentes empatadas, a correspondente definição será levada a efeito a ordem estabelecida no sistema LC-CETIL, que ordena a definição pela ordem de registro.
- 17.1.3. Havendo uma única proponente ou tão somente uma proposta válida, a Autoridade Competente poderá decidir, justificadamente, pela suspensão do **PREGÃO**, inclusive para outros aspectos pertinentes e o próprio preço cotado, ou pela repetição do **PREGÃO** ou, ainda, dar prosseguimento ao **PREGÃO**, condicionado, em todas as hipóteses, à inexistência de prejuízos ao órgão licitante, devidamente justificados.

18 – OFERECIMENTO/INEXISTÊNCIA DE LANCES VERBAIS:

- **18.1.** Somente será(ão) aceito(s) **LANCE(S) VERBAL(IS)** que seja(m) inferior(es) ao valor da menor **PROPOSTA ESCRITA** e/ou do último menor **LANCE VERBAL** oferecido.
- **18.2.** O **PREGOEIRO**(**A**) convidará individualmente as proponentes classificadas para **OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS**, de forma sequencial, a partir da proponente da proposta de maior preço e as



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

demais em ordem decrescente de valor, sendo que a proponente da proposta de menor preço será a última a **OFERECER LANCE VERBAL.**

- **18.3.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes neste edital.
- **18.4.** Quando convocado pelo **PREGOEIRO(A)**, a desistência da proponente de apresentar lance verbal implicará na exclusão da etapa de **LANCES VERBAIS**, ficando sua última proposta registrada para a classificação final.
- **18.5.** A etapa de **OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS** terá prosseguimento enquanto houver disponibilidade para tanto por parte das proponentes, observado o valor mínimo estabelecido.
- **18.6.** O encerramento da etapa de **OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS** ocorrerá quando <u>todos</u> os proponentes declinarem da correspondente formulação.
- **18.7.** Declarada encerrada a etapa de **OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS** e classificadas as propostas na ordem crescente de valor, incluindo aquelas que declinaram do oferecimento de lance(s), sempre com base no último preço/lance apresentado, o **PREGOEIRO(A)** examinará a aceitabilidade do valor daquela de menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- **18.8.** O **PREGOEIRO**(**A**) decidirá motivadamente pela negociação com a proponente de menor preço, para que seja obtido preço melhor.
- **18.9.** Na hipótese de não realização de lances verbais, o **PREGOEIRO(A)** igualmente verificará a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e sua aceitabilidade observados a decisão motivada da negociação.
- **18.10.** O **PREGOEIRO**(**A**) deverá comparar os preços apresentados com atuais praticados no mercado ou até mesmo propostos em licitações anteriores, utilizando-se da pesquisa realizada, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento, e/ou de todos os meios possíveis para a correspondente verificação.
- **18.11.** O **PREGOEIRO**(**A**) pode solicitar a demonstração da exequibilidade dos preços propostos após término da fase competitiva e, ao mesmo tempo, o proponente de menor preço tem o dever de portar informações acerca dos custos (planilha e demonstrativos) em que incorrerá para o atendimento do objeto do **PREGÃO**, suficientes para justificar a proposta escrita de menor preço ou o lance verbal de menor preço que apresentar.
- **18.12.** A não apresentação dos elementos referidos no subitem anterior ou a apresentação de elementos insuficientes para justificar a proposta escrita de menor preço ou o lance verbal de menor preço acarretará a desclassificação do proponente.
- **18.13.** Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** da sua proponente, facultando-lhe o saneamento da documentação de natureza declaratória na própria sessão.



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

- **18.14.** Para efeito de saneamento, a correção da(s) falha(s) formal(is) poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento de documento(s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fac-símile, ou ainda por qualquer outro método que venha a produzir o(s) efeito(s) indispensável(is).
- **18.15.** Aberto o invólucro "documentação" da ME/EPP, havendo restrição quanto a regularidade fiscal e/ou trabalhista, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis, para sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pela Autoridade Competente, a contar da intimação para regularização e assinatura do Contrato.
- **18.16.** A não regularização fiscal e/ou trabalhista no prazo estabelecido no subitem 18.15., implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociar nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- **18.17.** Se a proponente desatender às exigências habilitatórias, o **PREGOEIRO(A)** examinará a oferta subsequente de preço, observado os procedimentos previstos neste edital quanto a fase negociação e recurso, até a apuração de uma oferta aceitável cuja proponente atenda aos requisitos de habilitação, observando-se igualmente as previsões estampadas nos subitens anteriores.
- **18.18.** Constatado o atendimento das exigências habilitatórias previstas no EDITAL, a proponente será declarada vencedora.

19 – RECURSO ADMINISTRATIVO:

- **19.1.** Por ocasião do final da sessão, a(s) proponente(s) que participou(aram) do PREGÃO ou que tenha(m) sido impedida(s) de fazê-lo(s), se presente(s), deverá(ão) manifestar imediata e motivadamente a(s) intenção(ões) de recorrer.
- **19.2.** Havendo interposição motivada de recurso contra qualquer ato do procedimento, a recorrente poderá juntar as razões recursais no prazo de 03 (três) dias, sem prejuízo das prerrogativas do Pregoeiro(a) na própria sessão pública.
- **19.3.** As demais proponentes ficam, desde logo, intimada para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do **RECORRENTE**.
- **19.4.** Após a apresentação das contrarrazões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, o **PREGOEIRO(A)** examinará o recurso, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, à autoridade competente para decisão.
- **19.5.** Os autos do PREGÃO permanecerão com vista franqueado aos interessados, no endereço e horários previstos no subitem 9.1. deste Edital.
- **19.6.** O recurso terá efeito suspensivo, sendo que seu Acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

20 – ADJUDICAÇÃO:



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

- **20.1.** A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, importará na decadência do direito de recorrer, competindo ao **PREGOEIRO(A)** adjudicar o(s) objetos(s) do certame à(s) proponente(s) declarada(s) vencedora(s).
- **20.2.** Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos autos praticados e após a decisão do(s) mesmo(s), a autoridade competente deve, se for o caso, praticar o ato de adjudicação do(s) objeto(s) do certame à(s) proponente(s) vencedora(s).

21 – HOMOLOGAÇÃO:

- 21.1. Compete à autoridade competente homologar o PREGÃO.
- **21.2.** A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da(s) proponente(s) adjudicatária(s) para assinar o instrumento de contrato, respeitada a validade de sua proposta, no prazo de 05 (cinco) dias úteis. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, havendo motivo justificado e aceito pela Administração Municipal. Não havendo contratação no prazo estabelecido, seja por desinteresse do adjudicatário ou por descumprimento de qualquer encargo imposto neste Edital, ocorrerá a decadência do direito de contratar, sem prejuízo da sanções nele prevista.
- **21.3.** O resultado final do **PREGÃO** será publicado no órgão oficial do município e estampado na Internet nos endereços constantes neste Edital.

22 – CONTRATAÇÃO:

- **22.1.** A contratação se fará nos termos do instrumento anexo ao presente Edital (ANEXO IV), com eficácia e vigência constante do mesmo, cujo extrato será publicado no órgão oficial do município, nos termos do *Parágrafo único do artigo 61, da Lei Federal nº 8.666/93*.
- **22.2.** Para a assinatura do instrumento de contrato, pelo representante legal ou procurador, será verificada por meio da Internet, a regularidade com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) ou situação de Regularidade do Empregador, Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional.
- **22.3.** A recusa injustificada de assinar o instrumento de contrato no prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da proponente adjudicatória, sujeitando-se às sanções previstas no item 29.

23 – ENTREGA/RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO:

- **23.1.** O objeto do Contrato será recebido de acordo com as cláusulas do ajuste, nos exatos termos da contratação levada a feito.
- **23.2.** Os itens objeto deste PREGÃO serão entregues e recebidos provisoriamente no âmbito estabelecido neste Edital e Anexos, inclusive Contrato, para efeito simultâneo ou posterior verificação, conforme o caso, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, perfeita



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

adequação, resultando no recebimento definitivo, observando o prazo de 48 (quarenta e oito) horas corridos de sua entrega.

23.3. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente adjudicatória, nos termos das prescrições legais, podendo levar ao cancelamento do contrato, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e Contrato dela decorrentes.

24 – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- **24.1.** Os serviços, objeto desta licitação, deverão ser entregues nos prazos, local e condições estabelecidas no Anexo I deste Edital.
- **24.2.** O objeto da licitação será acompanhado e/ou fiscalizado, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente.

25 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- **25.1.** Compete ao Contratante:
- 25.1.1. Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários à execução do Contrato;
- 25.1.2. Paralisar ou suspender a qualquer tempo, a prestação dos serviços contratados, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços prestados;
- 25.1.3. Efetuar o pagamento na forma e prazo previstos;
- 25.1.4. Havendo interesse público, alterar no decorrer da execução do contrato, o horário e local de trabalho, preservando-se o mínimo de horas/dia;
- 25.1.5. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução do objeto contratual;
- 25.1.6. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da presente contratação;
- 25.1.7. Efetuar o pagamento ajustado, observadas as condições descritas no presente instrumento contratual;
- 25.1.8. Manter, sempre por escrito ou por e-mail com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado;
- 25.1.9. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando á CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;
- 25.1.10. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos representantes da CONTRATADA, facilitando o acesso e esclarecimento de quaisquer duvidas relacionadas á execução do contrato:



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

25.1.11. Receber o(s) objeto(s) no(s) prazo(s) e condição(ões) estabelecido(s) em contrato, assegurando-se das perfeitas condições dos serviços empregados, responsabilizando a CONTRATADA por qualquer dano causado resultante da má qualidade dos mesmos.

26 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

26.1. Compete à Contratada:

- 26.1.1. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da contratação, como mão de obra especializada e de apoio, transportes, pagamentos de tributos, impostos, encargos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária;
- 26.1.2. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o que preceitua o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 26.1.3. Entregar os serviços prestados com pontualidade, garantia e qualidade, obedecendo rigorosamente o termo de referência estabelecido pela contratante;
- 26.1.4. Cumprir fielmente o contrato, inclusive a entrega dos serviços nos termos acordados, executando-os sobre sua inteira responsabilidade;
- 26.1.5. Responsabilizar-se pelos danos diretamente a administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução dos serviços;
- 26.1.6. Cumprir fielmente os prazos estipulados pela administração para a execução de atividades referentes à elaboração, organização e realização das licitações;
- 26.1.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 26.1.8. A Contratada, além dos casos previstos na legislação em vigor, é responsável:
 - a) Por quaisquer danos ou prejuízos que por acaso causar à Administração ou a terceiros, em decorrência do não cumprimento das obrigações assumidas neste contrato;
 - b) Pela indenização ou reparação de danos ou prejuízos decorrentes de negligência, imprudência e/ou imperícia, na execução dos serviços contratados;
 - c) Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e outros decorrentes do presente contrato;

27 – PAGAMENTO:

- **27.1.** O pagamento será realizado, mediante à prestação dos serviços e apresentação de nota fiscal pela contratada, no período de 01 a 15 do mês subsequente a prestação dos serviços uma vez implementada as demais condições exigidas na forma de pagamento.
- **27.2.** O pagamento será efetuado obrigatoriamente em conta Corrente da proponente vencedora indicada pela Contratada no Anexo IX do presente Edital.



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

28 – DA GARANTIA CONTRATUAL:

28.1. Não será exigida a prestação de garantia, para participação no presente PREGÃO.

29 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- **29.1.** Ficará impedido de licitar com O MUNICÍPIO DE MARMELEIRO/PREFEITURA MUNICIPAL pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa física ou jurídica que praticar qualquer dos atos contemplados no art. 7º da Le 10.520, de 17/07/2002, publicado no DOU de 18/07/2002.
 - a) A aplicação da penalidade capitulada no subitem anterior não impossibilitará a incidência das demais cominações legais contemplada na Lei nº 8.666, de 21/06/1993, publicada no DOU de 22/06/1993.
- **29.2.** Independentemente da aplicação das penalidades retro indicadas, a(s) proponente(s) ficará(ão) sujeita(s), ainda à composição das perdas e danos causados à Administração Municipal decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará(ao) com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação, na hipótese da(s) proponente(s) não aceitar(em) a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pela inadimplente.
- **29.3.** Para efeito de aplicação de qualquer penalidade, são assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- **29.4.** Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura municipal de Marmeleiro, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatório à comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

30 – DISPOSIÇÕES GERAIS:

- **30.1.** As normas disciplinares deste **PREGÃO** serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observadas a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, e dos contratos delas decorrentes.
- **30.2.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste **PREGÃO** excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.
- **30.3.** Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato/fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecido neste EDITAL, desde que não haja comunicação do **PREGOEIRO(A)** em sentido contrário.
- **30.4.** A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões do interesse público superveniente ou devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

- **30.5.** O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis a exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação, durante a realização de sessão pública do **PREGÃO.**
- **30.6.** A(s) proponente(s) assume(m) o(s) custo(s) para a participação no presente certame, sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta(s) despesa(s), independente da condução ou do resultado do **PREGÃO**.
- **30.7.** A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da proponente, das condições previstas neste Edital e seus Anexos.
- **30.8.** A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colocados em qualquer fase do **PREGÃO**.
- **30.9.** A adjudicação do(s) item(s) ou lote(s) deste **PREGÃO** não implicará em direito à contratação.
- **30.10.** Este Edital e seus Anexos, bem como a(s) proposta(s) da(s) proponente(s) adjudicatária(s), farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição.
- **30.11.** São anexos do presente Edital:
- **ANEXO I** TERMO DE REFERÊNCIA/OBJETO DO PREGÃO
- **ANEXO II** MODELO DE CREDENCIAMENTO
- **ANEXO III** MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE COM OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
- **ANEXO IV** CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
- ANEXO V DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
- ANEXO VI MODELO DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO FOI DECLARADA INIDÔNEA
- ANEXO VII DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO
- **ANEXO VIII** DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO QUADRO DA EMPRESA EMPREGADORA
- **ANEXO IX** DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA POSSUI CONTA CORRENTE JUNTO A AGÊNCIA BANCÁRIA
- **ANEXO X** MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PARENTESCO
- **30.12.** Os casos omissos neste **EDITAL DE PREGÃO** serão solucionados pela PREGOEIRA, com base nas legislações Federal, Estadual e Municipal e, subsidiariamente, nos princípios gerais de direito.
- **30.13.** Será competente o Foro da Comarca de Marmeleiro, com renuncia expressa a qualquer outro, por mais privilégio que seja para solução de questões oriundas deste **PREGÃO**.

Marmeleiro, 15 de abril de 2019.



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO

- 1 O presente documento apresenta a especificação, quantidade, e valor máximo estimado para os itens objeto do Pregão Presencial 027/2019, bem como condições de recebimento, prazo e local de entrega.
- **2** Constitui-se objeto desta licitação selecionar proposta mais vantajosa para contratação de empresa para prestação de serviços de monitoramento eletrônico (sistema de alarme) à distância e gerenciamento de imagens das unidades e prédios públicos, conforme necessidade da Administração Municipal, observadas as características e demais condições definidas neste edital e seus anexos.
 - 2.1. Os locais, bem como especificações, quantidades, valores máximos estimados são os seguintes:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Mensal	Valor Anual
1	12	Meses	CMEI Hilda Berlato Vivan – Rua Emilio Magno Glatt, 830 – Centro.	186,53	2.238,36
2	12	Meses	Departamento de Educação 2º piso Prefeitura – Avenida Macali, 255 – Centro.	139,45	1.673,40
3	12	Meses	Depósito da Merenda – Rua Rigoleto Andreoli, 245 – Centro.	132,45	1.589,40
4	12	Meses	Escola Municipal D. Pedro I – Avenida Alvorada, 320 – Bairro Alvorada.	186,53	2.238,36
5	12	Meses	– Bairro Araucaria.	186,53	2.238,36
6	12	Meses	Escola Municipal São Judas Tadeu – Nelson Rosalino Sandini, 1080 – Bairro Ipiranga.	186,53	2.238,36
7	12	Meses	Escola Municipal Padre Afonso – Rua Padre Afonso, 811 – Centro.	186,53	2.238,36
8	12	Meses	Escola Rural Municipal Souza Naves – Distrito Alto São Mateus.	207,03	2.484,36
9	12	Meses	Museu Municipal – Rua Emilio Magno Glatt, 65 – Centro.	149,45	1.793,40
10	12	Meses	CMEI Regina Verônica Muller – Rua José Aloysio Bender, 100 – Bairro Passarela.	186,53	2.238,36
11	12	Meses	Departamento de Agricultura e Abastecimento – Avenida Alvorada, 105 – Bairro Alvorada.	139,45	1.673,40
12	12	Meses	Departamento de Esportes, Ginásio de Esportes Volnei Pires – Rua Emilio Magno Glatt, 1620 – Bairro Santa.	147,45	1.769,40
13	12	Meses	Departamento de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Avenida Macali, 440, 1º piso – Centro.	139,45	1.673,40
14	12	Meses	Departamento de Viação e Obras – Avenida Macali, 1491 – Bairro Passarela (com imagens).	181,03	2.172,36
15	12	Meses	Centro de Saúde – Av. Dambros e Piva, 130 – Centro – Blocos I.	186,53	2.238,36



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

16	12	Meses	Centro de Saúde – Av. Dambros e Piva, 130 – Centro – Blocos II.	144,45	1.733,40		
17	12	Meses	Posto de Saúde Bom Jesus – Linha Bom Jesus.	247,50	2.970,00		
18	12	Meses	Unidade de PSF Santa Rita – Rua Emilio Magno Glatt, 1580 – Bairro Santa Rita.	181,53	2.178,36		
19	12	Meses	Posto de Saúde Alto São Mateus – Rua João Ghettino – Linha Alto São Mateus.	207,03	2.484,36		
20	12	Meses	Unidade de Saúde da Família – Rua Nelson Pizzani, 190 – Centro.	144,45	1.733,40		
21	12	Meses	CAPS I – Rua Antonio Luiz Baggio, 339 – Bairro Passarela.	149,45	1.793,40		
22	12	Meses	Academia de Saúde de Marmeleiro – Fundos da Unidade de PSF Santa Rita – Rua Emilio Magno Glatt, 1580 – Bairro Santa Rita (Quadra 16).	139,45	1.673,40		
23	12	Meses	Paço Municipal – Av. Macali, 255 – Centro – Blocos I e II.	227,00	2.724,00		
24	12	Meses	Departamento Municipal de Assistência Social – Rua Emilio Magno Glatt, 670 – Centro.	186,53	2.238,36		
25	12	Meses	Abrigo Institucional – Casa Lar – Rua Seis, 1098 – Bairro Santa Rita.	144,45	1.733,40		
26	12	Meses	CRAS – Centro de Referência da Assistência Social – Rua Emílio Magno Glatt, 146 – Centro.	139,45	1.673,40		
27	12	Meses	Centro de Convivência da Assistência Social – Rua Padre Afonso, 831 – Centro.	159,50	1.914,00		
28	12	Meses	Conselho Tutelar – Rua Nelson Rosalino Sandini, 117 – Centro.	139,45	1.673,40		
29	12	Meses	Almoxarifado – Avenida Macali – nº 830 – Ipiranga	181,53	2.178,36		
30	12	Meses	Gerenciamento de imagens	210,00	2.520,00		
	Valor Total 61.718,88						

- 2.2. O valor máximo estimado desta licitação é de **R\$ 61.718,88** (sessenta e um mil setecentos e dezoito reais e oitenta e oito centavos).
- 2.3. A Contratada deverá ter a disposição, do Município de Marmeleiro, a quantidade de funcionários e de viaturas necessárias para a perfeita execução dos serviços, no mínimo uma viatura e dois funcionários;
- 2.4. A Contratada deverá fornecer relatórios das ocorrências dos alarmes, sem nenhum custo adicional para o CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas depois da requisição;
- 2.5. A Contratada deverá prestar serviço de manutenção de sistema de monitoramento eletrônico nos prédios públicos relacionados acima, sendo que o mesmo deverá ser executado em período integral, ou seja, durante 24 (vinte e quatro) horas;



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

- 2.6. A Contratada deverá cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentadoras sobre medicina e segurança no trabalho, bem como fornecer todos os equipamentos de proteção individual (EPI) que se fizerem necessários, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento contratual;
- 2.7. A Contratada deverá arcar com todas as despesas de combustível e de manutenção dos veículos utilizados para a execução do serviço;
- 2.8. A Contratada deverá responsabilizar-se pela manutenção do sistema de vigilância monitorada e pelo bom funcionamento das centrais, da fiação, dos sensores, das baterias e, em caso de avaria ou furto, pela reposição dos mesmos no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, sendo proibido qualquer tipo de subcontratação;
- 2.9. A Contratada deverá enviar o profissional Técnico de Vistoria ao local protegido em casos de disparo de alarme, caso a ocorrência não venha a ser esclarecida por outros meios;
- 2.10. A Contratada deve manter em prontidão os serviços de inspeção técnica por monitor externo durante as 24 (vinte e quatro) horas diárias, ininterruptamente, por meio de profissionais treinados, com veículo próprio dotado de rádio transmissor receptor, com profissional técnico de inspeção devidamente treinado, durante toda a vigência do contrato;
- 2.11. A Contratada deverá no caso de disparo de alarmes sem solução pelo profissional de Monitoramento Remoto, o serviço de inspeção técnica por monitor externo, uma vez acionado, deve encaminhar-se imediatamente ao local:
- 2.12. A Contratada deverá no caso de sinal e ou identificação de senha de coação, tomar as devidas providências imediatamente;
- 2.13. A Contratada deverá realizar a vistoria externa do local, observando vestígios de arrombamento, janelas abertas, etc.;
- 2.14. A Contratada deverá detectar a violação do local, a Central de Monitoramento é comunicada e tomará as ações cabíveis, inclusive, se for o caso, acionando os responsáveis pelas chaves dos Prédios públicos Municipais;
- 2.15. A Contratada terá até 30 minutos (tempo máximo) para atendimento das ocorrências identificadas pelo sistema de vigilância eletrônica e monitoramento remoto, ou informadas por qualquer posto de vigilância, independente da localização das instalações da Contratada;
- 2.16. A Contratada deverá em caso do funcionário não conseguir acionar o alarme, mandar até o local profissional para acionamento do alarme;
- 2.17. A Contratada deve permanecer no local da ocorrência, contando a partir da chegada dos responsáveis pelas chaves dos prédios públicos municipais, por até 4 horas até ser dispensado por representante autorizado, ou até a chegada de autoridade policial (caso seja necessário), tempo considerado suficiente para a plena solução de ocorrências.

3 – PRAZO E LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA:



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

- 3.1. A empresa vencedora deverá estar com o sistema de monitoramento em pleno funcionamento sem ônus ao Município, disponível 10 (dias) antes do vencimento do contrato atual para que eventuais problemas que ocorram possam ser resolvidos ate o findar do outro contrato.
- 3.2. O prazo de vigência do Contrato será pelo período de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado de acordo com o Art. 57 da Lei 8666/93, caso necessário, sendo que o prazo de execução contratual será a partir do dia 06 de maio de 2019;

4 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- **4.1.1.** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da contratação, como mão de obra especializada e de apoio, transportes, pagamentos de tributos, impostos, encargos, taxas e demais obrigações vinculadas á legislação tributária, trabalhista e previdenciária;
- **4.1.2.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou diminuições efetuadas até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;
- **4.1.3.** Entregar os serviços prestados com pontualidade, garantia e qualidade, obedecendo rigorosamente o termo de referência estabelecido pela contratante;
- **4.1.4.** Cumprir fielmente o contrato, inclusive a entrega dos serviços nos termos acordados, executando-os sobre sua inteira responsabilidade;
- **4.1.5.** Responsabilizar-se pelos danos diretamente a administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução dos serviços;
- **4.1.6.** Cumprir fielmente os prazos estipulados pela administração para a execução de atividades referentes à elaboração, organização e realização das licitações;
- **4.1.7.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.2 DA CONTRATANTE:

- **4.2.1.** Compete ao Contratante:
- **4.2.2.** Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários à execução do Contrato;
- **4.2.3.** Paralisar ou suspender a qualquer tempo, a prestação dos serviços contratados, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços prestados;
 - **4.2.4.** Efetuar o pagamento na forma e prazo previstos;
- **4.2.5.** Havendo interesse público, alterar no decorrer da execução do contrato, o horário e local de trabalho, preservando-se o mínimo de horas/dia;



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

- **4.2.6.** Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução do objeto contratual;
- **4.2.7.** Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da presente contratação;
- **4.2.8.** Efetuar o pagamento ajustado, observadas as condições descritas no presente instrumento contratual;
- **4.2.9.** Manter, sempre por escrito ou por e-mail com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado;
- **4.2.10.** Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando á CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;
- **4.2.11.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos representantes da CONTRATADA, facilitando o acesso e esclarecimento de quaisquer duvidas relacionadas á execução do contrato;
- **4.2.12.** Receber o(s) objeto(s) no(s) prazo(s) e condição(ões) estabelecido(s) em contrato, assegurando-se das perfeitas condições dos serviços empregados, responsabilizando a CONTRATADA por qualquer dano causado resultante da má qualidade dos mesmos.

5 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1. A Contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar ao Licitador/Contratante e a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto da presente licitação, isentando o Licitador/Contratante de qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

6 – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

- **6.1.** O recebimento, a fiscalização e o acompanhamento do Contrato de Prestação de Serviços será de responsabilidade dos Diretores dos Departamentos de Administração e Planejamento, Educação e Cultura, Assistência Social, Saúde, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Agricultura, Viação e Obras, Urbanismo e Esporte.
- **6.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.
- **6.3.** Os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato de Prestação de Serviços, citados acima, procederão ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no instrumento contratual que será firmado entre as partes. Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstancias que incidam especificamente no art. 78 e 88 da Lei 8666/93 que trata das Sanções Administrativas para o caso de inadimplemento contratual e cometimento de outros atos ilícitos.



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

ANEXO II

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Obs.: Na hipótese de apresentação desta procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada de cópia do Contrato Social da proponente, ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade / competência do outorgante para constituir mandatário.

PREGÃO PRESENCIAL Nº (XXX/2019 - PMM)

Por este instrumento particular a (Razão social da Empresa com sede (endereço completo a matriz) inscrit	ta
no CNPJ/MF sob nº, neste ato representada por seu sócio-gerente/presidente/direto	or
portador da Cédula de identidade RG nº, CPF Nº credencia o Sr(a	
, portador da Cédula de Identidade RG nº, CPF N	ľ
perante à Prefeitura Municipal de Marmeleiro, no que se referir ao PREGÃO presencial nº/2019 con	
poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresenta	
DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE COM OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO	
DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR PARENTESCO COM SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, o	
envelopes Proposta de Preços nº 01 e Documentos de Habilitação nº 02 em nome da outorgante, formula	
verbalmente lances ou ofertas nas etapas de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na	
etapas de lances, negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso	
administrativos ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpo	
recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitado	
pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da outorgante.	
pelo i Redoerko(A), cilinii, praticai todos os demais atos pertificites ao certaine, cili fionie da outorgante.	
(Assingting do nonnegentante local de ligitante)	
(Assinatura do representante legal da licitante) Nome Completo	
Nome Completo	

Nota: Documento obrigatório – apresentar fora do envelope, no início da sessão – acompanhado de cópia do Contrato Social e por documento de identidade com foto do credenciado.



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01

Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

ANEXO III

DECLARAÇÃO PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO(*)

À Prefeitura Municipal de Marmeleiro – PR. Avenida Macali, 255 – Centro 85.615-000 – Marmeleiro – PR.

PREGÃO PRESENCIAL Nº (XXX/2019 - PMM)

Pela presente, declaro(amos) que, nos termos do art. 4°, VII da lei nº 10.520/2002 a empresa (Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº (000), sediada (Endereço Completo), cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº..../2019, cujo o objeto é (mencionar objeto)

	,	de	 _2019.
-		Nome	
		<i>RG/CPF</i>	
		Cargo:	



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ***/2019 (Pregão Presencial Nº 027/2019 - PMM)

O MUNICÍPIO DE MARMELEIRO, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.205.665/0001-01, com sede administrativa na Avenida Macali, nº 255, centro, Marmeleiro, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito, Sr. Jaimir Darci Gomes da Rosa, brasileiro, portador do RG nº 4.566.416-3 SSP/PR, inscrito no CPF nº 762.247.839-34, de ora em diante denominado CONTRATANTE; e a empresa *******, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº *****, com sede na ******, nº ****, Bairro *****, Cidade de ****, Estado do **** CEP ***, Telefone (**) ******, representada por seu administrador, Sr. *******, portador da cédula de identidade civil (RG) nº ******* SSP/**, e inscrito no CPF/MF sob o nº *******, de ora em diante denominada CONTRATADA, sujeitando-se às normas da Lei 10.520 de 17 de agosto de 2002 e à Lei 8.666/93, subsidiariamente, e obedecidas as condições estabelecidas no Edital de **Pregão Presencial Nº 027/2019**, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Tem por objeto o presente instrumento a contratação de empresa para prestação de serviços de monitoramento eletrônico (sistema de alarme) à distância e gerenciamento de imagens das unidades e prédios públicos, nos termos descritos no item 2.1 da Cláusula Segunda deste instrumento.

Parágrafo Único

Integram e completam o presente termo contratual, para todos os fins de direito, obrigando às partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº 027/2019 e seus anexos, juntamente com a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL

2.1 Pelo fornecimento do objeto ora contratado, o **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** o valor global de **R\$** ******** (********), de acordo com a proposta abaixo descrita:

Item	Qtde	Unid. medida	Descrição	Valor Mensal	Valor Anual
01	12	Meses	CMEI Hilda Berlato Vivan – Rua Emilio Magno Glatt, 830 – Centro.		
02	12	Meses	Departamento de Educação 2º piso Prefeitura – Avenida Macali, 255 – Centro.		
03	12	Meses	Depósito da Merenda – Rua Rigoleto Andreoli, 245 – Centro.		
04	12	Meses	Escola Municipal D. Pedro I – Avenida Alvorada, 320 – Bairro Alvorada.		
05	12	Meses	Escola Municipal Perseverança – Rua das Grapias, 160 – Bairro Araucária.		
06	12	Meses	Escola Municipal São Judas Tadeu – Nelson Rosalino Sandini, 1080 – Bairro Ipiranga.		

<u>Refeitura Municipal de Marmeleiro</u> Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

12 Meses Escola Municipal Padre Afonso - Rua Padre Afonso, 1					
12	07	12	Meses		
12 Meses Centro Centro Sender Number Centro Centro	08	12	Meses		
11 12 Meses Bender, 100 - Bairro Passarela. 12 Meses Departamento de Agricultura e Abastecimento - Avenida Alvorada, 105 - Bairro Alvorada. 13 12 Meses Departamento de Esportes, Ginásio de Esportes Volnei Pires - Rua Emilio Magno Glatt, 1620 - Bairro Santa. 13 12 Meses Departamento de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Avenida Macali, 440, 1º piso - Centro. 14 12 Meses Departamento de Viação e Obras - Avenida Macali, 1491 - Bairro Passarela (com imagens). 15 12 Meses Departamento de Saúde - Av. Dambros e Piva, 130 - Centro - Blocos I. 16 12 Meses Posto de Saúde Bom Jesus - Linha Bom Jesus. 17 12 Meses Posto de Saúde Bom Jesus - Linha Bom Jesus. 18 12 Meses Posto de Saúde Bom Jesus - Linha Bom Jesus. 19 12 Meses Posto de Saúde Alto São Mateus - Rua João Ghettino - Linha Alto São Mateus. 19 12 Meses Unidade de Saúde da Família - Rua Nelson Pizzani, 190 10 11 Meses CAPS I - Rua Antonio Luiz Baggio, 339 - Bairro Passarela. 10 Meses Academia de Saúde de Marmeleiro - Fundos da Unidade de PSF Santa Rita - Rua Emilio Magno Glatt, 1580 - Bairro Santa Rita (Quadra 16). 12 Meses Academia de Saúde de Marmeleiro - Fundos da Unidade de PSF Santa Rita - Rua Emilio Magno Glatt, 1580 - Bairro Santa Rita (Quadra 16). 12 Meses Departamento Municipal de Assistência Social - Rua Emilio Magno Glatt, 670 - Centro. 25 12 Meses Abrigo Institucional - Casa Lar - Rua Seis, 1098 - Bairro Santa Rita. 26 12 Meses CRAS - Centro de Referência da Assistência Social - Rua Emilio Magno Glatt, 146 - Centro. 27 12 Meses Conselho Tutelar - Rua Nelson Rosalino Sandini, 117 -	09	12	Meses	1	
11 12 Meses Avenida Alvorada, 105 – Bairro Alvorada. 12 12 Meses Departamento de Esportes, Ginásio de Esportes Volnei Pires – Rua Emilió Magno Glatt, 1620 – Bairro Santa. 13 12 Meses Departamento de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Avenida Macali, 440, 1° piso – Centro. 14 12 Meses Departamento de Viação e Obras – Avenida Macali, 1491 – Bairro Passarela (com imagens). 15 12 Meses Centro de Saúde – Av. Dambros e Piva, 130 – Centro – Blocos I. 16 12 Meses Posto de Saúde – Av. Dambros e Piva, 130 – Centro – Blocos II. 17 12 Meses Posto de Saúde Bom Jesus – Linha Bom Jesus. 18 12 Meses Unidade de PSF Santa Rita – Rua Emilio Magno Glatt, 1580 – Bairro Santa Rita. 19 12 Meses Unidade de Saúde Alto São Mateus – Rua João Ghettino – Linha Alto São Mateus. 20 12 Meses Unidade de Saúde da Família – Rua Nelson Pizzani, 190 – Centro. 21 12 Meses CAPS I – Rua Antonio Luiz Baggio, 339 – Bairro Passarela. 22 12 Meses Meses Departamento Municipal de Assistência Social – Rua Emilio Magno Glatt, 1580 – Bairro Santa Rita (Quadra 16). 23 12 Meses Departamento Municipal de Assistência Social – Rua Emilio Magno Glatt, 670 – Centro. 25 12 Meses Bairro Santa Rita. 26 12 Meses Centro de Referência da Assistência Social – Rua Emilio Magno Glatt, 146 – Centro. 27 12 Meses Centro de Referência da Assistência Social – Rua Emilio Magno Glatt, 146 – Centro.	10	12	Meses		
12	11	12	Meses		
12	12	12	Meses		
14	13	12	Meses	-	
Blocos I.	14	12	Meses		
12 Meses Blocos II. 17 12 Meses Posto de Saúde Bom Jesus – Linha Bom Jesus. 18 12 Meses Unidade de PSF Santa Rita – Rua Emilio Magno Glatt, 1580 – Bairro Santa Rita. 19 12 Meses Posto de Saúde Alto São Mateus – Rua João Ghettino – Linha Alto São Mateus. 20 12 Meses Unidade de Saúde da Família – Rua Nelson Pizzani, 190 – Centro. 21 12 Meses CAPS I – Rua Antonio Luiz Baggio, 339 – Bairro Passarela. 22 12 Meses Academia de Saúde de Marmeleiro – Fundos da Unidade de PSF Santa Rita – Rua Emilio Magno Glatt, 1580 – Bairro Santa Rita (Quadra 16). 23 12 Meses Paço Municipal – Av. Macali, 255 – Centro – Blocos I e II. 24 12 Meses Departamento Municipal de Assistência Social – Rua Emilio Magno Glatt, 670 – Centro. 25 12 Meses Abrigo Institucional – Casa Lar – Rua Seis, 1098 – Bairro Santa Rita. 26 12 Meses CRAS – Centro de Referência da Assistência Social – Rua Emilio Magno Glatt, 146 – Centro. 27 12 Meses Centro de Convivência da Assistência Social – Rua Padre Afonso, 831 – Centro. 28 12 Meses Conselho Tutelar – Rua Nelson Rosalino Sandini, 117 –	15	12	Meses		
Meses	16	12	Meses		
18 12 Meses 1580 – Bairro Santa Rita. 19 12 Meses Posto de Saúde Alto São Mateus – Rua João Ghettino – Linha Alto São Mateus. 20 12 Meses Unidade de Saúde da Família – Rua Nelson Pizzani, 190 – Centro. 21 12 Meses CAPS I – Rua Antonio Luiz Baggio, 339 – Bairro Passarela. 22 12 Meses Academia de Saúde de Marmeleiro – Fundos da Unidade de PSF Santa Rita – Rua Emilio Magno Glatt, 1580 – Bairro Santa Rita (Quadra 16). 23 12 Meses Paço Municipal – Av. Macali, 255 – Centro – Blocos I e II. 24 12 Meses Departamento Municipal de Assistência Social – Rua Emilio Magno Glatt, 670 – Centro. 25 12 Meses Bairro Santa Rita. 26 12 Meses CRAS – Centro de Referência da Assistência Social – Rua Emilio Magno Glatt, 146 – Centro. 27 12 Meses Centro de Convivência da Assistência Social – Rua Padre Afonso, 831 – Centro. 28 12 Meses Conselho Tutelar – Rua Nelson Rosalino Sandini, 117 –	17	12	Meses	Posto de Saúde Bom Jesus – Linha Bom Jesus.	
12 Meses Linha Alto São Mateus. 20 12 Meses Unidade de Saúde da Família – Rua Nelson Pizzani, 190 – Centro. 21 12 Meses Passarela. 22 12 Meses Academia de Saúde de Marmeleiro – Fundos da Unidade de PSF Santa Rita – Rua Emilio Magno Glatt, 1580 – Bairro Santa Rita (Quadra 16). 23 12 Meses Paço Municipal – Av. Macali, 255 – Centro – Blocos I e II. 24 12 Meses Emilio Magno Glatt, 670 – Centro. 25 12 Meses Abrigo Institucional – Casa Lar – Rua Seis, 1098 – Bairro Santa Rita. 26 12 Meses CRAS – Centro de Referência da Assistência Social – Rua Emílio Magno Glatt, 146 – Centro. 27 12 Meses Centro de Convivência da Assistência Social – Rua Padre Afonso, 831 – Centro. 28 12 Meses Conselho Tutelar – Rua Nelson Rosalino Sandini, 117 –	18	12	Meses		
21 12 Meses — Centro. 21 12 Meses — Caps I — Rua Antonio Luiz Baggio, 339 — Bairro Passarela. 22 12 Meses — Academia de Saúde de Marmeleiro — Fundos da Unidade de PSF Santa Rita — Rua Emilio Magno Glatt, 1580 — Bairro Santa Rita (Quadra 16). 23 12 Meses — Paço Municipal — Av. Macali, 255 — Centro — Blocos I e II. 24 12 Meses — Departamento Municipal de Assistência Social — Rua Emilio Magno Glatt, 670 — Centro. 25 12 Meses — Abrigo Institucional — Casa Lar — Rua Seis, 1098 — Bairro Santa Rita. 26 12 Meses — CRAS — Centro de Referência da Assistência Social — Rua Emílio Magno Glatt, 146 — Centro. 27 12 Meses — Centro de Convivência da Assistência Social — Rua Padre Afonso, 831 — Centro. 28 12 Meses — Conselho Tutelar — Rua Nelson Rosalino Sandini, 117 —	19	12	Meses		
Passarela. Academia de Saúde de Marmeleiro – Fundos da Unidade de PSF Santa Rita – Rua Emilio Magno Glatt, 1580 – Bairro Santa Rita (Quadra 16). Meses Paço Municipal – Av. Macali, 255 – Centro – Blocos I e II. Meses Departamento Municipal de Assistência Social – Rua Emilio Magno Glatt, 670 – Centro. Meses Abrigo Institucional – Casa Lar – Rua Seis, 1098 – Bairro Santa Rita. Meses CRAS – Centro de Referência da Assistência Social – Rua Emílio Magno Glatt, 146 – Centro. Meses Pasarela. Academia de Saúde de Marmeleiro – Fundos da Unidade de PSF Santa Rita (Quadra 16). Paço Municipal – Av. Macali, 255 – Centro – Blocos I e II. Centro de Assistência Social – Rua Emilio Magno Glatt, 670 – Centro. Centro de Convivência da Assistência Social – Rua Padre Afonso, 831 – Centro. Conselho Tutelar – Rua Nelson Rosalino Sandini, 117 –	20	12	Meses		
2212MesesUnidade de PSF Santa Rita – Rua Emilio Magno Glatt, 1580 – Bairro Santa Rita (Quadra 16).2312MesesPaço Municipal – Av. Macali, 255 – Centro – Blocos I e II.2412MesesDepartamento Municipal de Assistência Social – Rua Emilio Magno Glatt, 670 – Centro.2512MesesAbrigo Institucional – Casa Lar – Rua Seis, 1098 – Bairro Santa Rita.2612MesesCRAS – Centro de Referência da Assistência Social – Rua Emílio Magno Glatt, 146 – Centro.2712MesesCentro de Convivência da Assistência Social – Rua Padre Afonso, 831 – Centro.2812MesesConselho Tutelar – Rua Nelson Rosalino Sandini, 117 –	21	12	Meses		
12 Meses II. 12 Meses Departamento Municipal de Assistência Social – Rua Emilio Magno Glatt, 670 – Centro. 25 12 Meses Abrigo Institucional – Casa Lar – Rua Seis, 1098 – Bairro Santa Rita. 26 12 Meses CRAS – Centro de Referência da Assistência Social – Rua Emílio Magno Glatt, 146 – Centro. 27 12 Meses Centro de Convivência da Assistência Social – Rua Padre Afonso, 831 – Centro. 28 12 Meses Conselho Tutelar – Rua Nelson Rosalino Sandini, 117 –	22	12	Meses	Unidade de PSF Santa Rita – Rua Emilio Magno Glatt,	
24 12 Meses Emilio Magno Glatt, 670 – Centro. 25 12 Meses Abrigo Institucional – Casa Lar – Rua Seis, 1098 – Bairro Santa Rita. 26 12 Meses CRAS – Centro de Referência da Assistência Social – Rua Emílio Magno Glatt, 146 – Centro. 27 12 Meses Centro de Convivência da Assistência Social – Rua Padre Afonso, 831 – Centro. 28 12 Meses Conselho Tutelar – Rua Nelson Rosalino Sandini, 117 –	23	12	Meses		
26 12 Meses Bairro Santa Rita. 26 12 Meses CRAS – Centro de Referência da Assistência Social – Rua Emílio Magno Glatt, 146 – Centro. 27 12 Meses Centro de Convivência da Assistência Social – Rua Padre Afonso, 831 – Centro. 28 12 Meses Conselho Tutelar – Rua Nelson Rosalino Sandini, 117 –	24	12	Meses		
27 12 Meses Rua Emílio Magno Glatt, 146 – Centro. 27 12 Meses Centro de Convivência da Assistência Social – Rua Padre Afonso, 831 – Centro. 28 12 Meses Conselho Tutelar – Rua Nelson Rosalino Sandini, 117 –	25	12	Meses	Bairro Santa Rita.	
Padre Afonso, 831 – Centro. Padre Afonso, 831 – Centro. Conselho Tutelar – Rua Nelson Rosalino Sandini, 117 –	26	12	Meses	Rua Emílio Magno Glatt, 146 – Centro.	
7X 17 Meses	27	12	Meses		
Centro.	28	12	Meses	Conselho Tutelar – Rua Nelson Rosalino Sandini, 117 – Centro.	



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

29	12	Meses	Almoxarifado – Avenida Macali – nº 830 – Ipiranga		
30	12	Meses	Gerenciamento de imagens		
Valor Total					

- **2.2** No valor contratado já estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.
- **2.3** O valor contratual poderá ser revisado nas hipóteses do artigo 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93, desde que devidamente comprovado o desequilíbrio contratual por parte da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDICÕES DE PAGAMENTO

- **3.1** O CONTRATANTE efetuará o pagamento através de transferência, depósito ou Ordem Bancária Eletrônica, até o <u>décimo segundo dia</u> subsequente ao do fornecimento do objeto, comprovada a adequação com o disposto no edital, mediante recebimento da nota fiscal.
- **3.2** A fatura deverá ser apresentada no Setor de Compras, com indicação da modalidade e número da licitação e Contrato de Fornecimento, e Nota Fiscal emitida em nome da

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELEIRO
CNPJ nº 76.205.665/0001-01
Avenida Macali, nº 255 – Centro
Marmeleiro – PR
CEP: 85.615-000
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ***/2019
(Pregão Presencial Nº 027/2019 - PMM)

- **3.3** Deverão acompanhar a nota fiscal certidões negativas Federal, Estadual, Municipal, CNDT e do FGTS, válidas para o período do pagamento.
- **3.4** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
- **3.5** A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ/MF apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas por outros CNPJs.
- §1º Os pagamentos serão retidos em caso de não cumprimento pela CONTRATADA de disposições contratuais, bem como em caso de multa, até o recolhimento da mesma.
- §2º O pagamento não efetuado na data de vencimento deverá ser corrigido até a data do efetivo pagamento pela variação do índice INPC ocorrida no período, salvo a ocorrência do disposto no §1º desta Cláusula.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1 Conforme dotações orçamentárias discriminadas a seguir:



<u> Rrefeitura Municipal de Marmeleiro</u>

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

- 06.01 12.361 0006 2.015.3.3.90.39.77.01.00 1830
- 06.01 12.361 0006 2.019.3.3.90.39.77.01.00 1831
- 06.02 12.361 0006 2.019.3.3.90.39.77.01.00 1832
- 06.02 12.361 0006 2.019.3.3.90.39.77.01.00 1833
- 06.02 12.365 0008 2.022.3.3.90.39.78.01.00 1834
- 06.02 12.392 0014 2.024.3.3.90.39.77.99.00 1835
- 10.01 20.606 0030 2.049.3.3.90.39.77.99.00 1014
- 10.02 20.608 0029 2.050.3.3.90.39.77.99.00 1844
- 07.01 27.812 0015 2.025.3.3.90.39.77.99.00 1015
- 09.01 08.243 0025 2.034.3.3.90.39.77.99.00 1845
- 09.01 08.244 0022 2.035.3.3.90.39.77.99.00 1011
- 09.01 08.244 0022 2.036.3.3.90.39.77.99.00 1013
- 09.03 08.243 0025 6.044.3.3.90.39.77.99.00 1012
- 03.01 04.122 0003 2.006.3.3.90.39.77.99.00 1017
- 03.01 04.122 0003 2.077.3.3.90.39.77.99.00 1021
- 03.03 04.122 0003 2.009.3.3.90.39.77.99.00 1018
- 05.01 26.782 0005 2.013.3.3.90.39.77.99.00 1019
- 03.01 04.122 0003 2.006.3.3.90.39.05.00.00 1816
- 08.01 10.122 0016 2.026.3.3.90.39.77.99.00 1836
- 08.02 10.301 0016 2.027.3.3.90.39.77.99.00 1837
- 08.02 10.301 0016 2.027.3.3.90.39.77.99.00 1838
- 08.02 10.301 0016 2.029.3.3.90.39.77.99.00 1839
- 08.02 10.301 0016 2.029.3.3.90.39.77.99.00 1840
- $\bullet \quad 08.02\ 10.301\ 0016\ 2.029.3.3.90.39.77.99.00 1841$
- 08.02 10.301 0016 2.029.3.3.90.39.77.99.00 1842
- 08.02 10.301 0016 2.067.3.3.90.39.77.99.00 1843

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS, VIGÊNCIA E CRITÉRIO DE REAJUSTE

- **5.1** A Contratada deverá estar com o sistema de monitoramento em pleno funcionamento sem ônus ao Município, disponível 10 (dias) antes do vencimento do contrato atual para que eventuais problemas que ocorram possam ser resolvidos ate o findar do outro contrato.
- **5.2** Transcorridos 03 (três) dias do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação, sem a devida justificativa no atraso da entrega, poderá o CONTRATANTE cancelar o pedido, sem prejuízo do direito de cobrança da(s) multa(s) devida(s).
- **5.3** O prazo de vigência do Contrato será pelo período de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado de acordo com o Art. 57 da Lei 8666/93, caso necessário, sendo que o prazo de execução contratual será a partir do dia 06 de maio de 2019;
- **5.4** Havendo prorrogação, os preços sofrerão reajuste anual calculado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC, tendo a apresentação da proposta como termo inicial.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Compete ao Contratante:



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

- **6.1** Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários à execução do Contrato;
- **6.2** Paralisar ou suspender a qualquer tempo, a prestação dos serviços contratados, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços prestados;
- **6.3** Efetuar o pagamento na forma e prazo previstos;
- **6.4** Havendo interesse público, alterar no decorrer da execução do contrato, o horário e local de trabalho, preservando-se o mínimo de horas/dia;
- **6.5** Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução do objeto contratual;
- **6.6** Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da presente contratação;
- **6.7** Efetuar o pagamento ajustado, observadas as condições descritas no presente instrumento contratual;
- **6.8** Manter, sempre por escrito ou por e-mail com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado:
- **6.9** Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando á CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;
- **6.10** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos representantes da CONTRATADA, facilitando o acesso e esclarecimento de quaisquer duvidas relacionadas á execução do contrato;
- **6.11** Receber o(s) objeto(s) no(s) prazo(s) e condição(ões) estabelecido(s) em contrato, assegurando-se das perfeitas condições dos serviços empregados, responsabilizando a CONTRATADA por qualquer dano causado resultante da má qualidade dos mesmos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Compete à CONTRATADA:

- **7.1** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da contratação, como mão de obra especializada e de apoio, transportes, pagamentos de tributos, impostos, encargos, taxas e demais obrigações vinculadas á legislação tributária, trabalhista e previdenciária;
- **7.2** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou diminuições efetuadas até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;
- **7.3** Entregar os serviços prestados com pontualidade, garantia e qualidade, obedecendo rigorosamente o termo de referência estabelecido pela contratante;
- **7.4** Cumprir fielmente o contrato, inclusive a entrega dos serviços nos termos acordados, executando-os sobre sua inteira responsabilidade;



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

- **7.5** Responsabilizar-se pelos danos diretamente a administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução dos serviços;
- **7.6** Cumprir fielmente os prazos estipulados pela administração para a execução de atividades referentes à elaboração, organização e realização das licitações;
- **7.7** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- **7.8** Corrigir, total ou parcialmente, os bens e serviços prestados com vício, defeito ou incorreção decorrentes de execução irregular, emprego ou fornecimento de peças ou materiais inadequados, sem qualquer custo adicional ao CONTRATANTE;
- **7.9** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no edital ou na minuta de contrato.
- **7.10** A Contratada deverá ter a disposição, do Município de Marmeleiro, a quantidade de funcionários e de viaturas necessárias para a perfeita execução dos serviços, no mínimo uma viatura e dois funcionários;
- **7.11** A Contratada deverá fornecer relatórios das ocorrências dos alarmes, sem nenhum custo adicional para o CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas depois da requisição;
- **7.12** A Contratada deverá prestar serviço de manutenção de sistema de monitoramento eletrônico nos prédios públicos relacionados acima, sendo que o mesmo deverá ser executado em período integral, ou seja, durante 24 (vinte e quatro) horas;
- **7.13** A Contratada deverá cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentadoras sobre medicina e segurança no trabalho, bem como fornecer todos os equipamentos de proteção individual (EPI) que se fizerem necessários, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento contratual;
- **7.14** A Contratada deverá arcar com todas as despesas de combustível e de manutenção dos veículos utilizados para a execução do serviço;
- **7.15** A Contratada deverá responsabilizar-se pela manutenção do sistema de vigilância monitorada e pelo bom funcionamento das centrais, da fiação, dos sensores, das baterias e, em caso de avaria ou furto, pela reposição dos mesmos no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, sendo proibido qualquer tipo de subcontratação;
- **7.16** A Contratada deverá enviar o profissional Técnico de Vistoria ao local protegido em casos de disparo de alarme, caso a ocorrência não venha a ser esclarecida por outros meios;
- **7.17** A Contratada deve manter em prontidão os serviços de inspeção técnica por monitor externo durante as 24 (vinte e quatro) horas diárias, ininterruptamente, por meio de profissionais treinados, com veículo próprio dotado de rádio transmissor receptor, com profissional técnico de inspeção devidamente treinado, durante toda a vigência do contrato;



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

- **7.18** A Contratada deverá no caso de disparo de alarmes sem solução pelo profissional de Monitoramento Remoto, o serviço de inspeção técnica por monitor externo, uma vez acionado, deve encaminhar-se imediatamente ao local;
- **7.19** A Contratada deverá no caso de sinal e ou identificação de senha de coação, tomar as devidas providências imediatamente;
- **7.20** A Contratada deverá realizar a vistoria externa do local, observando vestígios de arrombamento, janelas abertas, etc.;
- **7.21** A Contratada deverá detectar a violação do local, a Central de Monitoramento é comunicada e tomará as ações cabíveis, inclusive, se for o caso, acionando os responsáveis pelas chaves dos Prédios públicos Municipais;
- **7.22** A Contratada terá 30 minutos (tempo máximo) para atendimento das ocorrências identificadas pelo sistema de vigilância eletrônica e monitoramento remoto, ou informadas por qualquer posto de vigilância, independente da localização das instalações da Contratada;
- **7.23** A Contratada deverá em caso do funcionário não conseguir acionar o alarme, mandar até o local profissional para acionamento do alarme;
- **7.24** A Contratada deve permanecer no local da ocorrência, contando a partir da chegada dos responsáveis pelas chaves dos prédios públicos municipais, por até 4 horas até ser dispensado por representante autorizado, ou até a chegada de autoridade policial (caso seja necessário), tempo considerado suficiente para a plena solução de ocorrências.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

- **8.1** Em caso de inadimplemento contratual, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções, isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93:
- **8.1.1** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

8.1.2 Multa:

- a) moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto licitado, a ser calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;
- b) compensatória de até 10% (dez por cento) do valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula, exceto prazo de entrega;
- c) compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, bem como na hipótese de rescisão do contrato prevista no inc. I do art. 79 da Lei nº 8.666/93:



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

- **8.1.3** Suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com o Município de Marmeleiro pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- **8.1.4** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.
- **8.2** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, com observância dos princípios do contraditório e ampla defesa e, ainda, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666, de 1993.
- **8.3** Quando da aplicação de multa a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 10 (dez) dias, recolher à Tesouraria a importância correspondente, sob pena de dedução de seu valor das parcelas a receber ou cobrança administrativa ou judicial.
- **8.4** Da aplicação de multa caberá recurso ao CONTRANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da respectiva notificação, mediante prévio recolhimento da multa, sem efeito suspensivo. O recurso será julgado no prazo máximo de 30 (trinta) dias e, se procedente, a importância recolhida pela CONTRATADA será devolvida no prazo de 03 (três) dias, contados da data do julgamento.
- **8.5** As penalidades previstas somente serão relevadas quando comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.
- **8.6** As sanções ora previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

- **9.1** Ao CONTRATANTE, através de seus técnicos ou prepostos, é assegurado o direito de inspecionar, a qualquer tempo, o fornecimento do objeto contratado, devendo a CONTRATADA permitir o acesso e prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados pela fiscalização.
- **9.2** O recebimento, a fiscalização e o acompanhamento do Contrato de Prestação de Serviços será de responsabilidade dos Diretores dos Departamentos de Administração e Planejamento, Educação e Cultura, Assistência Social, Saúde, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Agricultura, Viação e Obras, Urbanismo e Esporte.
- **9.3** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.
- **9.4** Os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato de Prestação de Serviços, citados acima, procederão ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no instrumento contratual que será firmado entre as partes. Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstancias que incidam



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

especificamente no art. 78 e 88 da Lei 8666/93 que trata das Sanções Administrativas para o caso de inadimplemento contratual e cometimento de outros atos ilícitos.

Parágrafo Único

A ação fiscalizadora do Município será exercida em observância ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93, bem como em relação aos prazos, condições e qualificações previstas no Edital de Pregão Presencial nº 027/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido:

- a) Administrativamente, a qualquer tempo e por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, comprovada a conveniência para a Administração Municipal;
 - c) Judicialmente, nos termos da legislação.
- **§1º** No caso de rescisão por iniciativa da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá ser notificado por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, com conteúdo fundamentado e comprovado.
- **§2º** A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.
- **§3º** A CONTRATADA indenizará o CONTRATANTE por todos os prejuízos que este vier a sofrer em decorrência da rescisão por inadimplemento de suas obrigações contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, vedada a modificação do objeto contratual.

- **§1º** A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões necessários, nos termos do artigo 65, §1º da Lei nº 8.666/93.
- **§2º** A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato, no Diário Oficial do Município, nos termos do Parágrafo Único, do art. 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca de documentos e informações entre as partes contratantes será efetuada através de protocolo ou outra forma de correspondência cujo recebimento possa ser atestado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 2002, no Decreto Estadual nº 24.649, de 2003, na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUCESSÃO E FORO

As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se, por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ajustado, eleito o Foro da Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná, para dirimir toda e qualquer dúvida que possa surgir a respeito do presente contrato, independente do domicílio da CONTRATADA.

Marmeleiro, ****** de 2019.

MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

Jaimir Darci Gomes da Rosa Contratante

EMPRESA
REPRESENTANTE
Contratada



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01

Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº (XXX/2019 - PMM)

Nome da Empresa), CNPJ/ lireito, especificamente par ob o regime de microempi 23, de 14 de dezembro de 2	ra participação de li resa ou empresa de	citação na modalid	lade de pregão presenc	cial, que estou(amos)
		,de	2019.	
	Resp	ponsável Contábil: CRC: RG/CPF		



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

$PREG\~{A}O\ PRESENCIAL\ N^{o}\ (XXX/2019\ -\ PMM)$

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, Pregão Presencial nº xxx/2019, instaurada por esta Prefeitura Municipal, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

		do	2019.
		,de	2019.
		Nome	
		RG/CPF	
		Cargo:	
oma da amprasa prop	ananta:		
	onente:		
Iome da empresa propo Iúmero do CNPJ: Indereço completo:	onente:		

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº (XXX/2019- PMM)

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº (000), sediada (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES

PREGÃO PRESENCIAL Nº (XXX/2019 - PMM)

(Nome da Empresa), CNPJ/MF N°, sediada, (Endereço Completo) Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que altera a Lei nº 8666/93.

 ,de	2019.
 Nome	
RG/CPF	
Cargo:	

OBS.:

- 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel preferencialmente timbrado da empresa proponente com o número do CNPJ, contendo endereço completo, endereço eletrônico, telefone, fax, com nome e assinatura do representante legal.
- 2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA POSSUI CONTA CORRENTE JUNTO A AGÊNCIA BANCÁRIA

A Comissão de Licitações da Prefeitura de Marmeleiro:

DECLARAÇÃO

devidos fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a Modalidade Pregão Presencial nº/2019, instaurada por esta Prefeitura Municipal, declaramos que possuímos conta corrente

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo), declaramos para os

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel preferencialmente timbrado da empresa proponente com o número do CNPJ, contendo endereço completo, endereço eletrônico, telefone, fax, com nome e assinatura do representante legal.

Cargo:



Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 - Fone/Fax (46) 3525-8100 - CEP 85.615-000

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PARENTESCO

PREGÃO PRESENCIAL Nº (xxx/2019 - PMM)

Nome do representante legal da licitante

RG/CPF

Cargo: